



relações
institucionais

INFORME

SEMANAL

IRI Nº 102

12 a 15 de junho de 2023



Foto: AEN



Foto: Nami Gois / arquiteto ALEP



COMISSÃO DE AGRICULTURA DA CÂMARA OUVI MINISTRO DA PESCA

Ministro da Pesca fala sobre as políticas públicas no setor

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados recebeu nessa quarta-feira (14) o Ministro da Pesca e Aquicultura, André de Paula (PSD), para falar sobre as diretrizes da pasta neste governo e os planos para 2023. A solicitação foi feita pelo deputado Albuquerque (Republicanos-RR).

Como destaque, o ministro disse que quer incentivar os brasileiros a consumir mais pescado para aumentar a produção. Dentre os projetos em andamento para aumentar essa demanda está a inclusão do pescado na merenda escolar e no cardápio dos restaurantes universitários. Segundo o Ministro diante da insegurança alimentar de parte da população, é importante fazer com que o brasileiro aumente o consumo de pescado. "É um alimento saudável, rico em ômega 3. No mundo, a média *per capita* de consumo é de 20 kg por pessoa. No Brasil, essa média desce pra 9 kg", ressaltou.

Dados do Ministério mostram que o principais desafios para o aumento dessa demanda são culturais, "Na região Norte do País, a média de consumo de peixe é de 20 kg por pessoa, mas na região Sul essa média desce para 4 kg".

Imagem - Ministro da Pesca e Aquicultura André de Paula:



Créditos: Paulo Valadares – Câmara dos Deputados.

Ministro da Pesca fala sobre as políticas públicas no setor

A Secretária Nacional de Aquicultura, Tereza Nelma disse que a produção pode triplicar nos próximos anos, sendo uma ferramenta para alavancar a economia e combater a fome. Ela falou de ações para desburocratizar licenças ambientais, reverter um quadro de falta de dados e investir em educação, usando, por exemplo, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

A equipe do Ministro destacou ainda, que o Brasil produz anualmente 1, 7 milhões de toneladas de pescado e as exportações do produto representam US\$ 400 milhões. A atividade reúne mais de um milhão de pescadores e gera 16 mil empregos na indústria.

Entre os desafios da pasta, o Ministro citou a melhoria no recadastramento dos pescadores, a busca de isonomia tributária para a ração usada na aquicultura e a retomada das exportações de pescado para a União Europeia, interrompidas em 2018 por conta de exigências sanitárias.

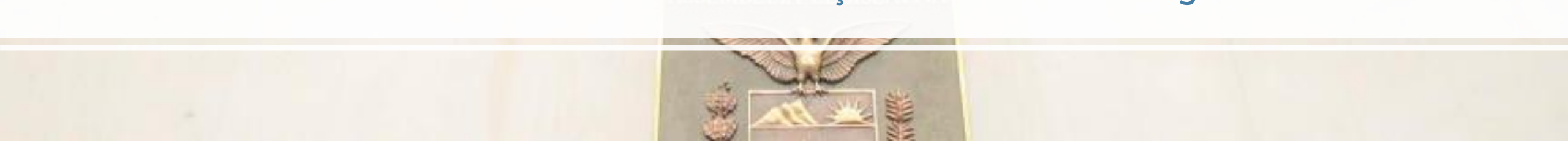
Dados Ministério da Pesca e Aquicultura:



Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura.



Frente Parlamentar da Reforma Tributária é lançada na Assembleia Legislativa do Paraná



ALEP discute a Reforma Tributária

A Assembleia Legislativa do Paraná lançou a Frente Parlamentar da Reforma Tributária, coordenada pelo deputado Evandro Araújo. O objetivo é discutir os impactos da reforma no estado e envolver a sociedade nesse debate. Um seminário foi realizado neste quinta-feira (15) com a presença de especialistas e parlamentares de Brasília, organizado em parceria com a Escola do Legislativo e o deputado Alexandre Curi. A reforma tributária é um tema importante que será discutido no Congresso Nacional, e é fundamental que os interesses regionais sejam considerados na aprovação da reforma.

Após o lançamento da Frente Parlamentar, um seminário ouviu os principais nomes da discussão sobre o assunto em Brasília. O secretário extraordinário da Reforma Tributária no Ministério da Fazenda, Bernard Appy, o Deputado Federal e coordenador do grupo de trabalho da Câmara dos Deputados, Reginaldo Lopes (PT-MG) e os deputados federais Zeca Dirceu (PT-PR) e Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR). Participaram ainda instituições da sociedade civil organizada como a OAB, o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), e o Conselho regional de Economia (CORECON), que apresentaram suas contribuições e expectativas sobre o tema no campo jurídico, econômico e da geração de empregos.



O QUE DISSERAM OS CONVIDADOS:

Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária, ressaltou a importância da reforma e os benefícios do modelo proposto. A proposta busca simplificar o sistema tributário, reduzir burocracias e inconsistências, proporcionando mais segurança para investidores. A ideia é substituir cinco tributos complexos por dois IVAs simples, o que resultará em uma redução significativa da complexidade e dos custos burocráticos. Appy destacou que a proposta não é do Governo, mas o Governo está apoiando-a, e visa corrigir distorções nos tributos atuais, além de adotar os melhores padrões mundiais para o sistema brasileiro.

O deputado federal Reginaldo Lopes (PT-MG) discutiu os aspectos gerais da proposta de reforma tributária e destacou o trabalho realizado pelo grupo que ele coordena. Segundo ele, o relatório final será apresentado na próxima semana. Lopes enfatizou a importância de mudar o sistema tributário brasileiro para tornar o país mais competitivo, tanto nacional quanto internacionalmente. Ele ressaltou que o modelo atual de cobrança de impostos em cascata prejudicou a posição do Brasil no mercado, e a reforma tributária será essencial para impulsionar o crescimento do país. Segundo Lopes, todos os setores sairão ganhando com essa reforma.



Deputados Federais da bancada do Paraná comentam a conjuntura e o tramite da reforma

A expectativa do Governo Federal, e também dos deputados federais, é que a proposta da reforma tributária seja votada na Câmara dos Deputados antes do recesso legislativo de julho. No Senado, a votação ficará para o segundo semestre. Essa perspectiva política foi apresentada pelo deputado federal Zeca Dirceu: “Essa é uma tarefa, uma decisão política que difere de muitas outras. Muitas vezes se constrói uma decisão política que são boas para o governo, para a oposição, já essa, é uma política que contempla toda a nação, o país. Muda a história e marca um novo tempo”, relatou. “No ambiente político, podem ter a certeza que agora vai acontecer. Todo começo de legislatura é um assunto debatido, mas nunca aconteceu, mas agora vai acontecer. Há uma nova atmosfera política no país. Um ambiente favorável para que avance e logo. É uma reforma que vai ser benéfica. Concordo que não é o ponto final. Vamos ter que ter a ousadia de avançar em outras questões tributárias do país que aí sim completam uma grande reforma”, reforçou.

O deputado federal Luiz Carlos Haully, autor de uma das propostas de reforma tributária, fez uma fala enfatizando a importância e os benefícios dessa mudança. Ele destacou a simplificação da base de consumo, a eliminação de impostos e a implementação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) como ganhos significativos para todos. Haully encorajou as pessoas a não terem medo da reforma, afirmando que o Brasil está atrasado nesse aspecto e que o apoio do Paraná fortalece a posição estratégica do país. Ele garantiu que o novo IVA será o mais moderno do mundo e impulsionará o crescimento do Brasil, reduzindo custos de produção, contratação e alíquotas de bens e serviços, sem prejudicar o setor de serviços.

Projeto das Cooperativas-escolas é aprovado na ALEP



A discussão e aprovação do PL 375/2023 na ALEP:

O funcionamento de cooperativas-escolas nos colégios agrícolas e florestais da rede estadual de ensino do Estado foi aprovado pelos parlamentares, na sessão plenária, desta terça-feira (13), da Assembleia Legislativa do Paraná. A intenção do projeto do Governo é dar mais autonomia às fazendas-escola.

A proposta foi apresentada pelo governo do estado do Paraná, que acredita que com a aprovação do PL 375/2023, será possível garantir uma maior eficiência e agilidade às demandas dos colégios agrícolas, possibilitando a comercialização de produtos e gerando recursos a serem utilizados pela própria entidade. Com a possibilidade de estabelecer parcerias com o setor privado, a nova lei pretende proporcionar o contato do estudantes com novas tecnologias do ramo do agronegócio, promovendo a utilização mais eficiente dessas áreas.

A proposta de permitir cooperativas-escolas nos colégios agrícolas da rede estadual foi aprovada em segundo turno, com um substitutivo geral da Comissão de Constituição e Justiça. No entanto, uma subemenda de Plenário que proibia parcerias com entidades lucrativas foi rejeitada. Assim, ficou mantida a possibilidade de estabelecer parcerias com entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, visando fortalecer o processo de ensino-aprendizagem e melhorar as estruturas e recursos das escolas agrícolas.



Créditos: ALEP.



A rede de Colégios Agrícolas do Paraná e a sua importância:

A rede estadual do Paraná conta com 23 colégios agrícolas em diferentes municípios, com produção de grãos, hortaliças e itens de proteína animal. Com o projeto, o funcionamento das Cooperativas-Escola visa à realização de projetos e ações promocionais, educacionais e comunitárias, de práticas produtivas, de gestão, comercialização e cooperativismo. As atividades englobam o plantio e colheita de grãos, manejo pecuário, aquisição de insumos e equipamentos agrícolas, atividades pedagógicas, visitas técnicas, melhorias de estrutura física, dentre outras.

Os colégios agrícolas desempenham um papel crucial na formação de estudantes, especialmente aqueles interessados em áreas rurais e agropecuárias. Essas instituições oferecem uma educação voltada para as demandas específicas do setor agrícola, proporcionando aos alunos conhecimentos teóricos e práticos relacionados à produção de alimentos, técnicas agrícolas, manejo de animais, gestão de propriedades rurais e conservação ambiental. Além disso, os colégios agrícolas promovem o empreendedorismo no campo, estimulam o desenvolvimento de habilidades profissionais e preparam os estudantes para enfrentar os desafios e as oportunidades do setor agrícola, contribuindo para o fortalecimento da economia rural e o desenvolvimento sustentável.

